

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO REGIME GERAL

“AQUISIÇÃO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE TRÂNSITO”

PROCESSO N.º 2021/300.10.005/1006

ÍNDICE

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1.ª - Objeto	3
Cláusula 2.ª - Contrato	3
Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato	4
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4
Secção I - Obrigações do Fornecedor	4
Subsecção I - Disposições Gerais	4
Cláusula 4.ª - Obrigações principais do fornecedor	4
Cláusula 5.ª - Prazo do Fornecimento	5
Cláusula 6.ª - Local do Fornecimento	5
Subsecção II - Dever de sigilo	5
Cláusula 7.ª - Objeto do dever de sigilo	6
Cláusula 8.ª – Prazo do dever de sigilo	6
Secção II - Obrigações do Município de Sines	6
Cláusula 9.ª - Preço contractual	6
Cláusula 10.ª - Preço base	7
Cláusula 11.ª - Condições de pagamento	7
Cláusula 12.ª - Revisão de preços	8
Cláusula 13.ª – Adiantamentos	8
CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	8
Cláusula 14.ª – Penalidades Contratuais	8
Cláusula 15.ª - Força maior	9
Cláusula 16.ª - Resolução do contrato	10
CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	10
Cláusula 17.ª – Caução	10
Cláusula 18.ª - Foro competente	10
CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS	10
Cláusula 19.ª - Comunicações e notificações	10
Cláusula 20.ª – Gestor do contrato	11
Cláusula 21.ª - Contagem dos prazos	11
Cláusula 22.ª – Legislação aplicável	11
PARTE II – CLÁUSULAS RELATIVAS AOS ASPETOS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	13
Cláusula 23.ª – Especificações Técnicas	13

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto principal **a aquisição de sinalização vertical de trânsito**, nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II deste documento.

Cláusula 2.ª - Contrato

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação – Código dos Contratos Públicos, doravante designado de CCP, e aceites pelo adjudicatário nos

termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal, nos casos em que a celebração implique a sua redução a escrito.

Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato

1. O contrato mantém-se em vigor até ao fornecimento integral dos bens, em conformidade com os respetivos termos e condições e disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. Nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP está dispensada a redução dos termos da adjudicação a escrito, pelo que o contrato resulta do disposto no n.º 2 da cláusula 2.ª do Caderno de Encargos, considerando-se a data do compromisso orçamental como a data da sua entrada em vigor.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I - Obrigações do Fornecedor

Subsecção I - Disposições Gerais

Cláusula 4.ª - Obrigações principais do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, e nas peças do presente procedimento, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Efetuar o fornecimento nos termos e nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos;

- b) Comunicar antecipadamente os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento objeto do procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das obrigações nos termos do contrato celebrado;
 - c) Obrigação de cumprir todos os requisitos legais para a boa execução do fornecimento;
 - d) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviço, a sua situação jurídica e o seu registo comercial.
2. O fornecedor fica ainda obrigado, nomeadamente, a fornecer todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento.
3. O fornecedor deverá indicar o seu interlocutor com o Município de Sines, que deve acompanhar a execução dos trabalhos inerentes ao fornecimento de bens, devendo ser disponibilizados os seus contactos telefónicos e endereço de correio eletrónico;

Cláusula 5.ª - Prazo do Fornecimento

O fornecedor obriga-se a fornecer os bens objeto do caderno de **faseadamente, 5 (cinco) dias após solicitação dos serviços da Câmara Municipal de Sines** e obriga-se a cumprir todos os prazos indicados na sua proposta.

Cláusula 6.ª - Local do Fornecimento

- 1. O fornecedor obriga-se a entregar os bens nas instalações da Câmara Municipal de Sines – Armazém, sito na Zil II Lote 247, 7520 – 309 SINES.
- 2. O fornecedor é responsável pelas despesas com o transporte e entrega dos bens objeto do contrato.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 7.ª - Objeto do dever de sigilo

1. O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Sines, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.ª – Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações do Município de Sines

Cláusula 9.ª - Preço contractual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Sines deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Sines.
3. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do fornecedor.

Cláusula 10.ª - Preço base

1. Para a contratação em causa é fixado como preço base o valor de **€ 5.910,00 (cinco mil novecentos e dez euros)**, sendo este o preço máximo que o Município de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando como parâmetro base do preço contratual.

Cláusula 11.ª - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Sines, nos termos da Cláusula 9.ª, serão pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens, sendo as faturas emitidas de acordo com os fornecimentos faseados.
3. Caso as faturas apresentadas não sejam validadas porque desconformes com o contrato, esta comunicará tal decisão ao fornecedor, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN.

Cláusula 12.ª - Revisão de preços

O valor contratual é fixo e não sujeito a revisão de preços.

Cláusula 13.ª – Adiantamentos

No âmbito do presente fornecimento de bens não há lugar a adiantamentos.

CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 14.ª – Penalidades Contratuais

1. Nos termos do disposto no artigo 329.º do CCP, pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Sines pode exigir ao cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária, num montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) primeiro incumprimento do fornecimento de bens, até 10% do preço contratual;

b) segundo incumprimento do fornecimento de bens, até 10% do preço contratual;

2. Por incumprimento considera-se o prazo de fornecimento dos bens.

3. A sanção aplicada será descontada na(s) fatura(s) a liquidar ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de crédito.

4. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.

5. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Município de Sines decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30 %.

6. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 15.ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.ª - Resolução do contrato

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, as partes podem resolver o contrato, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 17.ª – Caução

Em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução.

Cláusula 18.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 19.ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código

dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20.ª – Gestor do contrato

1. Para efeitos do disposto no artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos é designado como gestor do contrato:

Nome: Eduardo Luís Contreiras Pires, na qualidade de chefe da proteção civil.

Telefone Móvel: 919280839.

Telefone Fixo: 269 630 600;

E-mail: epires@mun-sines.pt ;

2. Caso ocorra circunstância superveniente que imponha a alteração do gestor do contrato a mesma será comunicada ao cocontratante, no prazo de 10 (dez) dias, por via postal registada com aviso de receção a qual será junta ao contrato;

3. O cocontratante poderá manifestar-se quanto à designação referida no número anterior, sob a mesma formalidade que a da comunicação da designação, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento da notificação, que será apreciada em igual prazo e devidamente comunicada.

Cláusula 21.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 22.ª – Legislação aplicável

1. Em tudo o omissso no presente convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação.

2. As partes obrigam-se a aplicar as disposições legais em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho e a Lei n.º 58/2019, de 08.08, relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), em relação a todos os dados pessoais por cujo tratamento sejam responsáveis.

PARTE II – CLÁUSULAS RELATIVAS AOS ASPETOS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 23.^a – Especificações Técnicas

O presente caderno de encargos tem como objeto a aquisição de sinalização vertical de trânsito, nas condições abaixo descritas:

Quantidade	Designação
5	PROIBIÇÃO VIRAR À ESQUERDA
6	ANIMAIS
10	TRANSITO DE SENTIDO ÚNICO
20	SENTIDO OBRIGATORIO GIRATORIO
10	APROXIMAÇÃO DE ROTUNDA
20	SENTIDO OBRIGATÓRIO DIREITA
20	PAINEL ADICIONAL MOD.11P
20	ESPELHOS DIAMETRO 60CM
2	PAINEL CHAPA DE ALUMINIO - 200*150CM
5	PAINEL CHAPA DE ALUMINIO - 150*200CM
4	ZONA DE TRANSITO COM 68*84CM

Sinalização Vertical, sem prumos, mas com acessórios de fixação e com acabamentos Serigráficos;

O fornecimento deverá ser efetuado de forma faseada, de acordo com as solicitações dos serviços da Câmara Municipal de Sines, e no prazo de 05 (cinco) após a sua solicitação.